


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 26 de outubro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaues Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1015022-48.2015.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Inadimplemento**  
 Requerente: **Associação São Bento de Ensino - Uniara**  
 Requerido: **Bruno Leonardo Braz de Oliveira**

Justiça Gratuita

**SENTENÇA**

Vistos

**ASSOCIAÇÃO SÃO BENTO DE ENSINO - UNIARA**, já qualificada, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA** contra **BRUNO LEONARDO BRAZ DE OLIVEIRA**, também qualificado, aduzindo na inicial, em síntese, que o requerido possui débito na ordem de R\$ 8.020,25. Requer sua condenação.

Citado o requerido pela via editalícia, não ofereceu contestação (fls. 192), sendo-lhe nomeado a Defensoria Pública, que contestou por negação geral (fls. 197/200).

Houve réplica (fls. 205/210).

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

O réu não nega a existência da dívida, voltando-se apenas contra a cobrança do valor apontado na inicial, que leva em consideração a quantia de R\$ 573,00 e não R\$ 401,10, conforme previsto no documento de fls. 28.

À evidência, o aludido abatimento, conhecido como bônus pela pontualidade, em verdade representa nítida multa moratória, em flagrante ofensa à legislação protetiva do consumidor na medida em que o contrato prevê cláusula própria contendo a incidência de pena pecuniária em caso de inadimplemento contratual.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

Aliás, não se compreende a existência de desconto de 30%, circunstância que reflete a presença de vantagem abusiva e exagerada ao prestador de serviços por se mostrar excessivamente onerosa para o consumidor, levando-se em conta a natureza e conteúdo do contrato, segundo a regra inserida no art. 51, IV e § 1º, III do Código de Defesa do Consumidor.

Dessarte, o pedido deve ser acolhido. Contudo, o valor devido é aquele de R\$ 401,10, além da multa e encargos previstos no contrato.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de condenar o requerido a pagar à autora a quantia correspondente aos valores das mensalidades especificadas na inicial e cálculo de fls. 28, levando-se em conta o valor de R\$ 401,10, com incidência dos juros de mora de 1% ao mês, desde a data do não pagamento de cada uma das parcelas, além da multa moratória e demais encargos contratuais. Cada parte arcará com as respectivas custas e despesas, observada a gratuidade deferida ao requerido. Em razão da sucumbência recíproca, fixo os honorários advocatícios em 10% do valor atualizado da condenação, sendo que a autora responderá por 20%, ao passo que o requerido arcará com 80% deste montante, observada a garantia prevista no artigo 98, § 3º do Código de Processo Civil em relação ao réu.

Int.

Araraquara, 26 de outubro de 2018.

**João Battaus Neto**

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)